

A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico

Edmundo Campos Coelho

Há alguns anos a Cpdoc editou uma valiosa bibliografia sobre o tenentismo. São dezenas de livros e artigos nos quais este movimento militar ou é o objeto particular da análise ou ocupa lugar de destaque. Com raras exceções, a razão de tanto interesse é bastante simples: o tenentismo é geralmente considerado um fator importante para o entendimento do período de transição da Velha para a República Nova através da Revolução de 30 e do Estado Novo. Ora, a chamada década dos 30 tornou-se para os historiadores, sociólogos e cientistas políticos brasileiros (e para boa parte dos *brazilianists*) uma fase crucial na história pátria, algo semelhante ao que foi o Renascimento para a história da cultura européia. E, analogamente, parece ser um destes períodos inesgotáveis em matéria para reflexão e análise, a esfinge que propõe enigmas dentro de enigmas mas que, uma vez decifrados, revelarão a chave para a compreensão da história mais recente do país. É provável que algum dia alguém, com uma visão subversiva desta história, inicie a desmontagem do mito, tal como o Renascimento foi desnudado como a época do mero "estilo brilhante" segundo Nisbet: o tempo dos paradoxos, das inversões de sentido, dos *mots d'esprit*, da simples exuberância verbal.

Seja como for, é a década dos 30 (a revolução ou o Estado Novo) e não o tenentismo ou as Forças Armadas que ocupam o centro do cenário na abundante literatura sobre os tenentes e seu movimento. De fato, será difícil en-

contrar algum trabalho que estabeleça de maneira razoável as vinculações do tenentismo com os processos e estruturas peculiares do Exército, embora não falem os que explorem suas relações com as classes médias, com as oligarquias ou com a sociedade civil de uma maneira geral. Aparentemente o tenentismo constituiu-se a despeito e apesar do Exército da época, e a compreensão do primeiro dispensa inteiramente a compreensão do segundo.

Mesmo o Estado Novo, que apesar da aparência civil foi, efetivamente, um regime instalado e mantido militarmente, inspirou quase nenhuma análise da instituição militar do país ou das relações entre civis e militares. Certamente que é difícil discorrer sobre este regime sem mencionar, com certa ênfase, figuras militares como as de Góes Monteiro e Dutra, para citar os mais notáveis. Mas a tendência é sempre a de "politizar" estes personagens, vê-los pelo mesmo ângulo com que se vê Getúlio Vargas ou qualquer outra eminência civil. De certa forma, a "politização" produz a "paisanização" dos militares, despindo-os da forte marca da instituição castrense. O processo parece ser análogo ao do exorcismo ou da psicanálise: é como se os estudiosos, sofrendo de algum profundo trauma com os símbolos, marcas, hábitos, mentalidade e procedimento das instituições militares necessitassem revelar a sua dimensão mais "familiar" (ou "paisana") dissolvendo nela a outra zona: a do perigo, da ameaça, do desconhecido.

Em tudo isso há também muito de oportunismo metodológico, no sentido de que sempre foi mais fácil estudar o tenentismo desvinculado do Exército, porque sempre foi muito difícil ter acesso ao Exército por quaisquer vias. Os tenentes deixaram traços visíveis de suas idéias e ações porque tinham em vista exatamente a audiência externa, e nisto eram desviantes com relação ao padrão de comunicação militar que visa usualmente o público interno. Só recentemente os arquivos militares tornaram-se acessíveis aos estudiosos; mas ainda assim, são poucos os que se aventuram a pesquisá-los ou a procurar nos escaninhos do Arquivo Nacional as ordens-do-dia, as circulares, os ofícios, os relatórios, as atas e os comunicados que revelam as articulações internas da organização militar. No Brasil este trabalho "arqueológico" vem sendo diligentemente feito por José Murilo de Carvalho, e daí a sua importantíssima contribuição para o nosso conhecimento das vinculações entre a organização militar e o quadro político da década dos 30. Aos poucos tem sido possível superar o equívoco de se tomar o todo (Exército) por uma de suas partes ("tenentes"), abandonando-se teses também equivocadas como a do "Exército como representante político das classes médias", originalmente formulada para dar conta apenas do tenentismo.

Muito bem. Se a década dos 30 foi o nosso Renascimento político (e provavelmente também econômico e social), o período que se inicia em 31 de março de 1964 é forte candidato a se tornar a nossa Idade das Trevas, numa intrigante inversão cronológica que tem remetido muitos analistas de volta aos anos 30, à nossa velha esfinge, com referência especial ao intervencionismo "controlador" (para usar a expressão de Carvalho) que impõe a hegemonia militar dentro do Estado Novo. Este é o intervencionismo dos generais, do estado-maior, mas provavelmente cessam aí as semelhanças mais aparentes com o movimento militar de 1964. As instituições militares (sobretudo o Exército) são outras no segundo caso, até mesmo no estilo de intervenção. Elas irrompem sem meias medidas na esfera política, sem subterfúgios ou disfarces paisanos. Elas são mais fortes, bem mais modernas, mais conscientes de seu poder, e talvez por isso menos reticentes em aplicar *competentemente sua força*. Mas é como se também à força (ou pela força) se impusessem à atenção de alguns poucos observadores brasileiros postados às janelas das universidades. Um número reduzido de sociólogos e cientistas políticos que nos anos setenta completavam sua for-

mação acadêmica no exterior não deixaram de perceber o grau inédito de autonomia com que se comportavam as Forças Armadas, e trataram de aplicar ao seu estudo o que haviam aprendido no contato com a área de estudos de "sociologia militar", das relações civis-militares ou da moderna teoria das organizações. Muitos desses cientistas sociais eram (ou são) bastante jovens, estavam em início de carreira, não faziam parte do *establishment* das ciências sociais, não tinham compromissos com os mitos das interpretações convencionais e sentiam-se livres para trabalhar numa área ou tema marginal.

Creio que, dentro da produção acadêmica brasileira, o primeiro trabalho a tratar especificamente da instituição militar foi o artigo "On the Belief System of the Brazilian Military" (Carvalho, 1968). Em 1971, também mimeografado, circulou um estudo sobre o Exército intitulado "Em Busca de Identidade: Relações Civis-Militares no Brasil" (Coelho, IUPERJ, 1971). Há um trabalho anterior, "As Forças Armadas como Força Política" (Torres, 1966) que não chega a ser uma análise das instituições militares, resumindo-se a uma reiteração, sem maiores discussões, da função "moderadora" das Forças Armadas. Entre os autores estrangeiros, o trabalho mais antigo parece ser o de Simmons, "The Rise of the Brazilian Military Class, 1870-1890" (1957); no período mais recente, os primeiros parecem ter sido as teses de Hahner (1966) e Manwaring (1968). Excluímos da listagem dos trabalhos acadêmicos restritos ao estudo das instituições militares brasileiras todos os que tratam do *regime militar* implantado em 1964, coletâneas de artigos publicados na imprensa diária por jornalistas, e os chamados "estudos de área" onde as Forças Armadas brasileiras são estudadas em perspectivas comparada junto com as de outros países do continente. Certamente encontram-se em todos eles excelentes interpretações, mas as instituições militares brasileiras não constituem o foco da análise.¹

Em 1971 aparece também o livro de Stepan² que se tornaria rapidamente referência obrigatória para os estudiosos do tema. Há várias razões para o merecido sucesso desse livro: o autor utiliza uma vasta literatura sobre as relações civis-militares, testa alguns modelos teóricos com informações organizadas de maneira habilidosa e competente, e elabora um quadro interpretativo que se tornou o padrão de referência para o estudo do movimento militar de 1964. Stepan não deixa de examinar as teses mais correntes na literatura convencional (a do

poder “moderador” do Exército, e a da “representação política de classe média”), nem subestima as questões de método. Seu livro constitui, assim, um bom ponto de partida para a apreciação da literatura mais recente. Na impossibilidade de proceder a uma revisão mais detalhada desta produção acadêmica, organizei a exposição em torno de alguns temas que me parecem mais importantes

A Questão do Paradigma: O Modelo Organizacional

Stepan (1971) não se propõe explicar o comportamento político dos militares brasileiros em todas as intervenções; ele está basicamente interessado em dar conta da mudança no padrão de comportamento militar, que teria se verificado em março de 1964. Em outros termos: Stepan propõe que mudou o comportamento, muda também o modelo de interpretação. O padrão “moderador”, que prevaleceu até recentemente, esgotou-se em 1964, e assim já não é adequado o modelo correspondente de análise. Voltarei, mais tarde, a este ponto. Há um outro modelo que Stepan critica, e que está associado aos “estudos de área”. De fato, mais do que um modelo trata-se de um *wishful thinking* e consiste em postular o seguinte: por serem as instituições militares das regiões “não-ocidentais” (isto é, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) as únicas que apresentam um alto grau de coesão interna, de disciplina e organização; e por serem elas as únicas instituições modernas e verdadeiramente nacionais, pode-se esperar que constituam um instrumento fundamental no desenvolvimento e modernização daquelas regiões.

Pois bem, Stepan procura invalidar esta tese mostrando, nos capítulos I e II, que as Forças Armadas brasileiras (na verdade, basicamente o Exército) não são coesas nem monolíticas em termos de hierarquia de comando (por exemplo: a dispersão geográfica dos efetivos militares dá um grande poder de resistência a oficiais subalternos que estejam no comando de guarnições locais ou regionais) ou de expressão nacional (os interesses regionais freqüentemente capturam a lealdade dos comandos de unidades). No capítulo III Stepan examina o efeito das origens sociais sobre o comportamento dos oficiais, e o alvo aqui é a tese de que, devido a este fator, o Exército representa politicamente as classes médias. A conclusão a que chega é a seguinte: nem fatores organizacionais (efetivos, padrão de recrutamento, dispersão ou concen-

tração geográfica) nem fatores institucionais (origem social) explicam por si sós o comportamento das instituições militares; de fato, *nenhum* fator isoladamente pode explicar o comportamento político destas instituições porque elas são um subsistema do sistema político maior, não estão isoladas e fechadas sobre si mesmas (coesas, monolíticas sob a égide da disciplina e da hierarquia organizacionais) mas, ao contrário, estão sujeitas a todas as influências políticas que afetam qualquer outro ator político. Esta é uma conclusão decepcionante e excessivamente fácil porque dispensa o analista de compromissos com qualquer estrutura explicativa específica. A noção de sub-sistema como princípio analítico é por demais genérico para ter qualquer utilidade. Ademais, se nenhum fator isoladamente é capaz de explicar o comportamento dos militares, é de se presumir que não tenham todos o mesmo peso na explicação, que uns explicam mais do que outros e caberia a Stepan sugerir quais deles dão conta de uma maior proporção da variação.

É exatamente o que faz Carvalho (1974) ao estudar o comportamento político das Forças Armadas na Primeira República. Embora observando que se trata de um primeiro passo em direção a um entendimento mais completo, Carvalho compromete-se claramente com uma perspectiva organizacional de análise, e certamente não é por acaso que seleciona alguns dos fatores estruturais estudados por Stepan: recrutamento (de oficiais e praças), efetivos (inclusive distribuição geográfica), a estrutura do corpo de oficiais (pirâmide de estratificação), o ensino militar e as ideologias de intervenção. Com estas variáveis ele monta, então, um quadro interpretativo que dá conta das diferenças no comportamento político do Exército e da Marinha, e estabelece associações bastante claras entre os fatores. Por exemplo: “a grande predominância numérica dos tenentes, aliada ao baixo grau de controle hierárquico dentro da organização, dava a este grupo de oficiais condições privilegiadas de rebelião” (p. 151); ou de como a mudança no padrão de recrutamento, produzida pela introdução da Lei do Sorteio Militar, levou a sociedade a abrir-se ao Exército reduzindo o distanciamento entre ambos (p. 127-32). Em trabalhos posteriores, Carvalho (1982, 1983) esclarece a forma pela quais fatores estruturais da organização foram importantíssimos para a implantação do projeto hegemônico do Exército dentro do Estado Novo. Todavia, acho menos aceitável, inclusive por certa ambigüidade e confusão conceitual, a análise das relações entre

ideologia e intervencionismo no artigo de 1974. Voltarei a este ponto quando tratar da tese da função "moderadora".

Outro trabalho que inequivocamente acentua a importância de variáveis estruturais é o de Barros (1978). Este é provavelmente o estudo que mais detalhadamente examinou o sistema de ensino militar e seus fortes efeitos na conformação da "mentalidade militar" dos oficiais do Exército brasileiro; mais ainda, Barros mostra como mesmo os processos informais de socialização do militar estão sob o controle da instituição em grau muito mais alto do que geralmente ocorre em outras profissões. De fato, o processo de socialização do oficial se dá num ambiente fechado, virtualmente impermeável aos efeitos externos, e produz um tipo de indivíduo que difere marcadamente do civil. Assim, a análise de Barros, ao invés de dissolver a dimensão militar em alguma particularidade paisana, explora os mecanismos que acentuam-na e lhe dão especificidade irredutível.

Em comparação com estes estudos, um trabalho curioso é o de Forjaz (1983) sobre o tenentismo. Segundo a autora, "a compreensão do significado político do tenentismo passa necessariamente por uma análise do Exército enquanto organização" (p. 5). Observando a simultaneidade do surgimento do tenentismo com a profissionalização do ensino militar através da Missão Francesa, conclui Forjaz que os tenentes ficaram imunes à mentalidade profissional que então se formava, e que sua oposição ao ensino militar francês "coloca a questão das clivagens ideológicas no Exército no contexto do processo de modernização" (p. 6). Esta é uma forma curiosa de demonstrar o efeito de fatores organizacionais de socialização formal: o que ocorre com os que não sofrem sua influência. E a inferência é óbvia, e bem huntingtoniana: a profissionalização produz o não-intervencionismo, e os tenentes eram menos profissionais do que o restante do corpo de oficiais. Torna-se, assim, também mais fácil afirmar a persistência dos efeitos da origem de classe: "não se apagaram totalmente os valores e expectativas decorrentes das condições de classe dos tenentes, como pudemos observar na análise do programa tenentista e na sua atuação concreta no imediato pós-30, enfrentando as oligarquias" (p. 9). O problema com o argumento é que ele não resiste às evidências de que a modernização do Exército e a profissionalização do ensino militar levou a mais, e não a menos intervencionismo (Nunn, 1972).

É importante observar, todavia, que embora Carvalho e Barros enfatizem, sem lhes conceder exclusividade, os fatores estruturais internos da instituição militar, parece-me que a ambos falta um *paradigma* de análise organizacional, um modelo explícito do que seja uma organização, de como ela interage com seu ambiente externo e de como ela se adapta ou reage a ele através de modificações em sua estrutura interna. Também Stepan não avança neste ponto, a não ser num sentido negativo: há um modelo ou paradigma a ser invalidado, mas infelizmente trata-se de algo há muito superado. Os modelos fechados, consistentes e racionais de organização, supostamente energizados por uma lógica baseada numa estruturação interna particular (muito à maneira da burocracia weberiana inspirada no exército prussiano) há muito foram abandonados na moderna teoria organizacional. Stepan, para usar uma expressão americana, decidiu bater em cavalo morto. Se o seu propósito era demonstrar que as organizações militares estão longe de se aproximarem do ideal de coesão, monolitismo e isolamento (e existe por acaso algum tipo de organização que satisfaça estes critérios?), ele poderia tê-lo feito sem necessidade de apelar para um recurso analítico tão antiquado. De fato, a demonstração é desnecessária: há total concordância na literatura organizacional em que organizações (de qualquer tipo) são sistemas "abertos" aos influxos externos. Seja como for, o certo é que Stepan desloca o modelo "fechado" mas não põe outro em seu lugar.

Embora não seja este o lugar para fazer revisões de teoria organizacional, lembro que as chamadas "teorias contingenciais", tanto quanto as de "coalizões" e de "sistemas debilmente integrados" enfatizam exatamente os *intercâmbios* das organizações com o meio ambiente, acentuando a variedade de estratégias tanto de *adaptação ao* quanto de *dominação sobre* o ambiente externo. Organizações são sistemas fortemente orientados para sua própria sobrevivência (a um nível básico e mínimo de aspiração), mas também para o controle da maior extensão possível do seu meio ambiente. Se conseguem ou não atingir estes propósitos é uma questão empírica, mas será sempre uma função da capacidade das organizações extrair recursos do ambiente para se fortalecerem. E o que é mais importante: estratégias de aquisição ou extração de recursos são sempre de natureza política, quer sejam orientadas para as condições internas (seleção da elite, controle das oposições, expurgos etc.) ou para as externas (forma-

ção de coalizões, cerimoniais públicos para difusão dos valores organizacionais etc.).

É sobre estes modelos que Coelho (1976) estudou a evolução das relações entre o Exército e a sociedade, procurando mostrar como o primeiro parte de estratégias de acomodação e adaptação à segunda para chegar a estratégias de controle sobre ela. A análise é institucional; isto é, a história da organização é investigada com o propósito de descobrir uma constelação de indícios que revelem a natureza, o caráter, o *ethos* da organização. O método interpretativo utilizado foi sugerido por Selznick,³ mas no essencial orienta-se pela *documentary analysis* de Mannheim.⁴ Como observou Schneider (1982), os trabalhos de Carvalho e de Barros são consistentes com o de Coelho, este servindo como ponte entre os primeiros. Mas, talvez porque o modelo organizacional seja mais explícito no último, é ele o que mais restrições suscitou.

Mais de dois terços do artigo de Peixoto (1980a) sobre modelos de interpretação ocupase da análise institucional, e o alvo é o livro de Coelho no qual, segundo Peixoto, o fenômeno militar, em última instância, se explica por si mesmo (p. 28); o aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica (p. 28); subestimam-se as clivagens internas e faz-se um corte radical entre organização militar e sociedade civil. Os comentários de Peixoto confundem duas ordens de questões: a primeira diz respeito à proposição de que nas organizações militares prevalece a ótica dos interesses corporativos que serve como o filtro através do qual os militares compõem sua interpretação do mundo, e esta afirmação é análoga a de que as empresas econômicas interpretam o mundo da perspectiva da maximização do lucro (quando conseguem sobreviver à competição de mercado); a segunda diz respeito às conseqüências da predominância dos interesses corporativos sobre o comportamento da organização militar. Como as organizações são procuradoras de recursos no ambiente externo, o imperativo da maximização do lucro impõe estratégias de "política externa" à empresa, tal como os interesses corporativos à organização militar. O que varia, em ambos os casos, é o grau de "abertura" da organização, e é importante especificar os fatores de variação. De maneira geral, se o ambiente externo é hostil a organização dará ênfase a estratégias internas de desempenho (redução de despesas de custeio, maior racionalidade nos procedimentos; ênfase no preparo profissional, fortalecimento

do "espírito de corpo" na organização militar), e isto tanto mais quanto ela disponha de pouco poder político. De qualquer modo, o importante é que coisas como coesão interna, monolitismo, "abertura" ou isolamento são variáveis, nunca atributos. Mas, por mais que este ponto seja reiterado, o espectro de uma instituição castrense coesa, homogênea e monolítica sempre encontrará seus exorcistas, como Peixoto; e a fórmula ritual pode ser a metáfora do "partido militar" (Peixoto, 1980b; Rouquié, 1980) que, se pouco acrescenta à análise, parece servir para tranquilizar os atormentados.

Mas, bem feitas as contas, nem o próprio Stepan (1971) escapa da perspectiva organizacional (ou organizacional/institucional, como quer Peixoto). Em última análise, o que fez com que em 1964 os militares se decidissem pela intervenção se, segundo Stepan, 80 a 90% dos oficiais eram, ao final de 1963, ou legalistas, ou leais a Goulart ou politicamente indiferentes? (p. 139) Ainda é ele que nos diz que "os oficiais passaram a achar cada vez mais que seu papel moderador destruíra sua própria unidade e integridade como instituição" (p. 138); já em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, "o receio de dividir novamente o Exército constituiu um obstáculo decisivo contra qualquer tentativa de golpe" (p. 139); e novamente em março de 1964 "as repercussões (dos motins dos marinheiros) dentro do quadro de oficiais foram profundas. A questão da autopreservação institucional por meio do controle da disciplina militar figurava entre as questões acerca das quais os oficiais militares, divididos no plano ideológico, tinham o mais elevado acordo interno" (p. 150). Num trabalho posterior sobre os militares brasileiros e peruanos Stepan (1973) voltaria a dizer: "a defesa da instituição militar foi uma das chaves para a entrada dos novos profissionais na política nacional. Se, todavia, a desunião interna aumenta com relação às políticas ou aos problemas sucessórios, a defesa da instituição pode muito bem ser uma das chaves para a saída, por meio de uma junta provisória" (p. 65). Em última instância, Stepan não tem como refugar ante o peso específico dos interesses corporativos dentre os quais a autopreservação institucional é o mais básico. De fato, e como sugere Stepan (1971) no capítulo 7, poderosas tensões econômicas e políticas como as que ocorreram no período 1961-64 só resultaram no abandono da postura "moderadora" porque passaram pelo filtro dos interesses corporativos.

Ideologia e Intervenção: A Escola Superior de Guerra

Segundo Stepan (1971), o movimento militar de 1964 distingue-se das intervenções anteriores por uma mudança de ideologia: os militares abandonam as idéias e normas de comportamento associadas à função “moderadora”, substituindo-as pela doutrina da segurança interna e do desenvolvimento. De moderadores, transformam-se em dirigentes da política nacional. As origens desta mudança situam-se no trabalho de elaboração doutrinária da Escola Superior de Guerra-ESG, e é neste ponto que Stepan cria o “mito da ESG” logo incorporado na produção acadêmica sobre o período (Rizzo, 1976; Aderaldo, 1978; Debert, 1984; Dreifuss, 1984). Mais tarde, Stepan (1973) traduziria a mudança no padrão de comportamento militar em termos do abandono do modelo do “antigo profissionalismo” (ênfase na defesa externa e nos aspectos puramente profissionais da função militar, restrições à ampliação do papel institucional das Forças Armadas, neutralidade política) pelo modelo do “novo profissionalismo” (ênfase na segurança interna, ampliação do papel da instituição militar, aceitação dos aspectos políticos da profissão, gerencialismo político-militar).

McCann (1979) foi o primeiro a observar que, de uma perspectiva histórica, o “velho” e o “novo” profissionalismo estiveram sempre mesclados ou polarizaram grupos de oficiais ao longo da evolução do Exército; o “novo profissionalismo” de fato nada tem de novo, além do que os militares brasileiros jamais tiveram, de si mesmos, qualquer imagem tão consistente, nem alcançaram elaborar para suas instituições uma definição clara de missão. Também Markoff e Baretta (1985) observam que o padrão do “velho profissionalismo” é inconsistente com a função “moderadora”: de fato, o primeiro supõe a abstenção militar das atividades políticas, ao passo que a segunda legitima a intervenção. Ademais, o “velho profissionalismo” supõe um ambiente em que as elites políticas civis aceitem a legitimidade dos governantes e não apelem para as instituições militares, o que evidentemente não se aplica ao Brasil. E teria havido realmente uma mudança radical de pensamento entre os militares brasileiros? Coelho (1976) sugere que a doutrina da Segurança Nacional é, em grande parte, apenas um aprofundamento, adaptação e sistematização do pensamento doutrinário de Góes Monteiro. Também Hinson, Jr. (1978) chama a atenção para a falta de originalidade

da doutrina da ESG e situa as suas bases geopolíticas em trabalhos publicados já em 1925 por militares brasileiros. Assim, mais do que uma mudança radical, parece ter havido uma longa evolução no pensamento dos militares no curso da qual foi se cristalizando a concepção de um novo papel para as Forças Armadas. Por outro lado, e mesmo aceitando-se que o modelo da função “moderadora” descreva adequadamente um padrão empiricamente verificável de comportamento, é discutível se as intervenções ocorridas no período anterior a 1964 ajustam-se ao modelo. Por exemplo, Markoff e Baretta perguntam se o fato de os militares retirarem-se logo após cada intervenção, devolvendo o poder aos civis, não se deve mais à incapacidade da instituição castrense em permanecer no poder do que à internalização de certas normas de comportamento.

Quanto à ESG, o próprio Stepan (1971) reconhece que ela perdeu muito de sua influência após o governo Castelo Branco, observando que Costa e Silva não era esguiano e nem recrutou esguianos para compor sua equipe. Mas foi Barros (1978) quem primeiro questionou o “mito da ESG”. E, ao contrário de Stepan, ele vê como razão para o ostracismo da Escola após o governo Castelo Branco “a crescente consciência entre os oficiais com posição de poder que se a ESG mantivesse o papel que tivera imediatamente após 1964, a administração central teria suas mãos atadas por um grupo cujo envolvimento nos meandros da administração seria intolerável, pois que a doutrina da ESG não concedia a necessária flexibilidade exigida pela política” (p. 171). Barros não deixa de observar (numa nota à página 170), a este respeito, o estilo “projetivo-especulativo” no pensamento esguiano. Markoff e Baretta vão mais longe ao afirmar que nem mesmo Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva foram esguianos na prática, e uma vez no poder já cogitavam de devolvê-lo aos civis em prazo relativamente curto. Os mais destacados esguianos teriam sido os menos desviantes com relação ao padrão “moderador”, ao contrário do que deixa supor a tese de Stepan. Miyamoto (1984) também levanta sérias questões quanto a influência da Escola: ela não teria sido nem o “cerne da elite”, nem teria tido peso específico na elaboração das políticas do regime.

De onde, então, teria Stepan tirado a importância que atribui à ESG? Markoff e Baretta argumentam que Stepan privilegiou *metodologicamente* a Escola Superior de Guerra. Isto é: a

ESG é uma entidade bem identificada, tem um currículo bem definido que pode ser examinado, um quadro de instrutores acessíveis para entrevistas e cuja produção intelectual pode ser pesquisada facilmente, e um corpo de estagiários que editam uma revista. Tudo exatamente ao inverso do que ocorria com os "linha dura". E porque foi mais fácil estudá-la, Stepan atribuiu à ESG uma posição central que ela efetivamente não teve (pelo menos não tão importante quanto a da corrente anti-esguiana). Quanto ao pensamento da ESG, é possível que não passe de uma "pseudo-ideologia" como querem Markoff e Baretta, ou uma coleção de "platitudes" como descobriu Dreifuss (1984).

Mas, ainda que seja certo que Stepan exagerou quanto à influência da ESG e de sua doutrina no movimento de 1964; e admitindo-se, ainda, que o pensamento formulado pela Escola seja apenas uma "pseudoideologia" com pouca consistência interna, ainda assim não fica demonstrado que a doutrina não teve importância dentro da instituição militar. De fato, idéias servem a vários propósitos, e uma doutrina (ou "pseudoideologia") não tem apenas uma função instrumental de orientar comportamentos e políticas. Ademais, qualquer corpo doutrinário contém termos cujo sentido não é unívoco, mas que mudam em função do contexto, o que dá ao conjunto uma grande flexibilidade semântica. Assim, penso que uma doutrina pode ter uma função expressiva, muito pouco instrumental no sentido de, que ela não cria compromissos com nenhuma linha de comportamento em particular. Ela pode funcionar basicamente como catalizadora de auto-consciência, dentro de uma função quase que puramente afetiva, principalmente quando ela procura se relacionar a algum símbolo que lhe conceda ou lhe acrescente, derivativamente, uma certa aura (símbolos como Nação, Soberania Nacional, Objetivos Nacionais Permanentes e outros semelhantes têm uma grande força expressiva).

Pois bem. Creio que a doutrina da ESG tem sido examinada pelo ângulo quase exclusivo de sua função instrumental, mas não como um discurso afetivo destinado ao âmbito dos quartéis. Se isto é correto, a doutrina pode ter tido uma grande importância no fortalecimento do sentido de comunidade dentro da instituição militar, da auto-consciência dos oficiais quanto ao poder e competência profissional da corporação e do seu destino comum. Nas condições que antecederam o movimento de 1964, isto pode não ter sido determinante, o que não significa que não tenha sido muito importante. Parece-

me que foi um corpo doutrinário semelhante ao da ESG que permitiu, em 1937, a implementação de um projeto hegemônico do Exército dentro do Estado Novo.

Ideologia e Intervencionismo: o Poder "Moderador"

Se entendo corretamente o sentido do termo "função moderadora", é de se supor que o exercício desta função implicasse na neutralidade de quem a exerce frente aos interesses em conflito, numa posição de equidistância entre as partes. O "moderador", que se assemelha ao árbitro ou juiz, deveria ser um *estranho*, no sentido simmeliano do termo: objetivo, no sentido de ser livre, de não estar preso por relações que possam prejudicar sua percepção, seu entendimento e sua avaliação da situação.⁵

Ora, se, como quer Stepan (1971), a instituição militar é um subsistema do sistema político e, como tal, está sujeita às mesmas influências a que se submetem os demais atores políticos, então os militares estão, por definição, incompatibilizados com a função "moderadora". Isto é, a instituição militar tem interesse embutidos, seja na manutenção do *status quo*, seja na sua mudança e, assim, é parte do conflito. Empiricamente, é perfeitamente observável que o Exército (e por extensão, as Forças Armadas) tem interesses corporativos, e que pela ótica desses interesses os militares fazem suas avaliações e decidem pela intervenção (ou pela não-intervenção). O recurso ao argumento da função "moderadora" é lógica e empiricamente insustentável. Stepan refere-se a esta função como um padrão de comportamento empiricamente observável, pelo menos até 1964, mas não se dá conta de que ela é mais consistente com o modelo de organização "fechada" e isolada da sociedade do que com o modelo de organização aberta às influências políticas da sociedade global.

Há um elemento no padrão de comportamento "moderador" ao qual Stepan dá muita ênfase, mas que complica a análise. Trata-se do papel das elites civis na legitimação da intervenção "moderadora": "em tal modelo das relações entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político" (1971, p. 50); ou ainda, "todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares. A norma é um militar politizado" (p. 50).

Se as coisas efetivamente se passam desse modo, há um evidente deslocamento da idéia do poder "moderador" do âmbito da instituição militar para o âmbito da sociedade civil. Os militares seriam, neste caso, apenas o *instrumento* de todos os principais protagonistas políticos, cada qual interessado em ter a instituição militar ao seu lado. Creio que isto se ajusta perfeitamente bem ao fato de que, no Brasil, foram os políticos civis os que formularam a concepção de um poder "moderador" associado à instituição militar. Seja como for, a instrumentalidade política da idéia é inconsistente com sua concepção abstrata; isto é, há uma evidente contradição, em termos, entre a idéia e o padrão empiricamente verificável de comportamento que nada tem de moderador. Mas há outra alternativa de interpretação: Peixoto (1980a) critica Stepan por fazer da legitimação das intervenções um monopólio dos grupos civis, o que reduziria os militares a uma atitude de passividade, "simples espectadores que são chamados a intervir de tempos em tempos no desenrolar do jogo" (p. 37). Ele propõe, inversamente, que os militares, aliados aos civis, sempre tentaram mudar as regras do jogo, e a formação de uma "coligação vitoriosa" de civis e militares reflete mais adequadamente os interesses convergentes: "a legitimidade será criada na medida em que a coligação que deseja o golpe de Estado ganha terreno sobre seus adversários" (p. 37). Mas, é óbvio que também nesta vertente de interpretação há uma inconsistência patente entre a idéia de poder "moderador" e o padrão empírico de comportamento. Se, na interpretação de Stepan, o que há é uma *cooptação* dos militares por alguma facção civil (o que destrói a idéia de moderação ou arbitramento), no modelo de Peixoto há uma aliança de interesses civis e militares na "coligação vitoriosa" (o que também dá por terra com a idéia de moderação ou arbitramento). Tanto uma quanto outra interpretação sugere que se abandone a idéia de função "moderadora" para descrever as intervenções militares. Ela é mais adequada, de fato, como descrição de um discurso de justificação, um instrumento retórico que por pretender gerar efeitos importantes deve ser identificado pelo que realmente é.

Não estou persuadido de que Carvalho tenha estabelecido esta distinção em seus trabalhos sobre os militares brasileiros. Em seu artigo de 1968 ele descreve "noções", "elementos" ou "ideologias" que compõem o "sistema de crença" dos militares e que são: a do cidadão-soldado e a do poder moderador, ambas predispõem

os militares ao intervencionismo. Estas ideologias são consideradas como mecanismos de adaptação de uma organização (a militar) que, quando transplantada para outro contexto societal, conserva a dimensão "profissional" e os aspectos estruturais do modelo original (o modelo da organização militar profissional e politicamente neutra), mas desenvolve um padrão de comportamento diferente e oposto. Nestes termos, Carvalho parece admitir que estamos tratando com ideologias genuínas, isto é, com conjunto de crenças que geram normas e que efetivamente moldam o comportamento. No caso da ideologia do soldado-cidadão isto pode ter sido verdadeiro, já que a idéia não era inconsistente com a doutrina positivista adotada por muitos dos oficiais "científicos" que desejavam a queda da Monarquia. Ainda assim, é necessário enfatizar que o movimento militar que proclamou o regime republicano não foi liderado por estes oficiais, mas pelos "tarimbeiros" a quem a idéia do cidadão-soldado desagradava por ser uma ameaça à hierarquia e à disciplina. O surgimento desta mesma idéia nos pronunciamentos de chefes militares por ocasião das diversas intervenções que se sucederam durante a primeira e segunda Repúblicas (inclusive no contexto do movimento militar de 1964), dificilmente pode ser considerado da mesma perspectiva. O problema da "cidadania" do militar permaneceu como questão muito secundária entre as preocupações dos oficiais; mais ainda, há fortes indícios de que no longo processo de profissionalização, modernização e fortalecimento da instituição militar a questão da cidadania passou a ser vista como fator de enfraquecimento da organização. Não é difícil conceber, todavia, que as posições dos militares quanto ao problema são bastante ambíguas. No que diz respeito à ideologia do poder moderador, penso que a ambigüidade é mais de Carvalho, como tentarei mostrar em seguida.

Em seu trabalho de 1974 ele amplia o esquema original para incluir entre as ideologias militares a noção do "soldado profissional" politicamente neutro, e estabelece os seguintes pares: cidadão-soldado/intervenção reformista, soldado profissional/não-intervenção, e soldado-corporação/intervenção moderadora. Com relação a este último par, Carvalho quer chamar a atenção para o fato de que se trata do "intervencionismo dos generais, ou do estado maior, o intervencionismo da organização como um todo e não apenas de setores subalternos" (p. 161). Teríamos, assim, uma combinação onde do primeiro par entraria a aceitação da intervenção

como algo legítimo, e do segundo par o espírito corporativo com a aceitação da norma hierárquica. O problema surge quando Carvalho interpreta a expressão de Góes Monteiro "fazer a política do Exército e não a política no Exército" como a "primeira formulação mais sistemática" da ideologia do poder moderador (p. 160). A não ser que se entenda por função ou poder moderador algo inteiramente diferente da concepção convencional do termo ou do seu uso corrente na literatura, não vejo como Carvalho possa estar correto, e menos ainda quando ele acrescenta como exemplo o golpe de 1937. Em dois trabalhos subsequentes (1982, 1983), a expressão "intervenção moderadora" é substituída por "intervencionismo controlador" e "intervencionismo conservador", respectivamente. Esta é uma evolução conceitual interessante se considerarmos que a função moderadora não é apenas controladora (no sentido de que ela está atenta a desvios com relação às regras do jogo), mas também conservadora (no sentido de que a intervenção, quando ocorre, visa restabelecer as regras do jogo e manter o *status quo*) que me leva a crer que Carvalho ainda não solucionou satisfatoriamente a questão. Ademais, creio que é também importante distinguir o "intervencionismo" da "intervenção", e não se trata de um mero jogo de palavras. O "intervencionismo" aponta para a disposição em intervir, mas a "intervenção" indica capacidade ou poder para intervir. Além disso, se o "intervencionismo" pode estar sempre associado a um sistema de crença ou ideologia, isto não ocorre necessariamente com a "intervenção", que pode ser apenas reativa e obedecer aos imperativos dos interesses corporativos (por exemplo: ameaças à integridade da instituição militar). Finalmente, não seria supérfluo observar que as "intervensões" foram sempre de generais, mas nunca de oficiais subalternos aos quais resta a alternativa do "intervencionismo" (embora não seja exclusividade deles). Isto é: o "intervencionismo" gera revoltas, motins ou rebeliões, mas para que haja uma "intervenção" o fator hierárquico é sempre decisivo. Como me parece uma contradição, em termos, falar de "intervenção fracassada", o que quero dizer é que o "intervencionismo" só se concretiza numa "intervenção" quando conta com o suporte da hierarquia. Diferentemente, Carvalho (1970) observa que os intervencionistas só têm sucesso quando conseguem o apoio dos "profissionais", embora note que estes são frequentemente não apenas os oficiais de mais prestígio mas também os ocupantes de

posições hierárquicas elevadas. Não creio que isto seja correto; pelo contrário, parece-me que a escolha dos ocupantes de altos cargos na hierarquia militar obedece mais a critérios de lealdade política ao presidente da República do que a critérios estritamente profissionais. Assim são constituídos os famosos "dispositivos militares" de que se cercam todos os presidentes: de oficiais profissionais apenas no sentido de que pode-se presumir que são competentes, que percorreram todas as etapas da carreira militar, mas não no sentido de que são apolíticos ou politicamente neutros. Creio que conceitualmente não se ganha em clareza associando-se "profissionalismo" (no sentido de atitude não-intervencionista ou passiva) com prestígio e hierarquia. De fato, apenas as duas últimas exibem um alto grau de associação entre si, mas não com a primeira dimensão. Desta forma, a relação que se pode estabelecer é entre "intervenção" e hierarquia, e não entre "intervenção" e "profissionalismo".

Creio que o problema com a tipologia elaborada por Carvalho (os pares de elementos) é que ela é historicamente datada, e por isso não pode alcançar o nível de generalidade pretendida (além da ambigüidade já mencionada com relação à função "moderadora"). Cada um dos elementos do que Carvalho chama de "sistema de crença" militar pode ter sido um fator de adaptação organizacional em períodos muito particulares; supor a sua permanência em períodos sucessivos implica examinar a hipótese de que a organização perde sua capacidade adaptativa e se enfraquece. Não creio que isto seja uma boa hipótese.

Militares e o Estado: Modernização e Profissionalização

O objetivo fundamental da instituição militar, aquele que dá sentido à sua existência, é a segurança do Estado, e a proteção deste constitui a preocupação básica dos militares. Os interesses corporativos da instituição podem ser entendidos em termos deste objetivo fundamental, mas a relação entre os primeiros e este último é mediatizada por um conjunto de atitudes que, na literatura especializada, tem sido identificado com a "mentalidade militar": o nacionalismo, uma visão pessimista sobre a natureza humana e o alarmismo, isto é, propensão a fazer estimativas exageradas sobre as probabilidades de conflitos armados (guerra, revoluções etc.).⁶ Tanto na natureza quanto na sociedade a vida

seria uma guerra permanente pela sobrevivência, e apenas os mais fortes sobreviveriam; o homem é o lobo do homem, os estados tendem à expansão e à conquista dos mais fracos, e o pacifismo constitui uma doutrina irresponsável que ameaça a segurança do Estado. Inversamente, a preparação para a guerra deve ser um estado permanente das sociedades nacionais, e a existência de forças armadas fortes, modernas e profissionais é um fator essencial de segurança e sobrevivência do Estado. No entanto, forças armadas fortes, modernas e profissionais só podem existir em sociedades desenvolvidas, que disponham de indústrias capazes de fornecer equipamentos adequados aos militares, e que tenham controle sobre seus recursos industriais e naturais (fontes de energia, recursos estratégicos etc.).

O longo processo de modernização e profissionalização das instituições militares brasileiras (Hilton, 1982; McCann, 1980, 1983, 1984) revela toda a constelação destas atitudes, objetivos e interesses, e como eles estão estreitamente associados. Entretanto, a modernização e profissionalização das instituições militares ocorreram no contexto de uma sociedade bastante fragmentada e de um Estado fraco. De fato, o Estado brasileiro dificilmente pode ser caracterizado historicamente como entidade distinta das "associações" civis, alicerçada na concepção amplamente compartilhada de uma ordem legítima, a ser mantida pelo exercício da autoridade investida nos cargos formais de governo. Ou, dito de outra forma: a construção de um Estado forte nunca esteve na agenda das elites políticas brasileiras, muito mais interessadas em fortalecer suas bases locais de poder. Conseqüentemente, nunca se interessaram também no fortalecimento, modernização e profissionalização de forças armadas nacionais, recaindo sua preferência em instituições militares regionais como a Guarda Nacional e as Polícias Militares estaduais.

Ao ressentimento contra as elites políticas, contra as oligarquias dominantes e até mesmo segmentos da burocracia esta tal, soma-se, no pensamento militar, a preocupação com a falta de coesão nacional solapada pela predominância de interesses particularistas. E é no pensamento autoritário (de Alberto Torres a Oliveira Viana) que os militares buscam os modelos de organização nacional, como é no primeiro destes autores que eles nutrem a concepção de que o país é pouco mais do que uma "exploração" colonial (Hinson, Jr., 1978; McCann, 1980). Não surpreende que a conjunção do nacionalismo econômico com as idéias autoritárias de organização

nacional apontem para a concepção de um Estado forte, pairando acima dos interesses particulares das diversas classes sociais e com marcante presença em todos os setores da sociedade.

Seja como for, o fato é que as iniciativas de modernização e profissionalização das instituições militares partiram sempre dos próprios oficiais, e não das elites políticas ou de qualquer outro setor da burocracia estatal. As Forças Armadas tornaram-se, assim, o segmento mais modernizado do Estado, e de 1937 a 1945 comandaram a modernização do segmento civil da burocracia. Fracassaram, todavia, todos os esforços de *state building*, o que era debitado pelos militares à deterioração das elites dirigentes, às suas lutas internas, à sua incapacidade de se articularem para a tarefa de construção do Estado nacional. Os reflexos deste estado de coisas dentro da instituição militar não passaram desapercibidos a parcelas da oficialidade: a prática de "privatização" das funções do Estado manifestava-se nas tentativas de "privatizar" setores da instituição militar alinhando-as com interesses políticos de frações da elite civil. As crises político-militares eram expressões das crises do Estado. E os momentos de hegemonia das Forças Armadas dentro do Estado constituem também esforços de dar-lhe autonomia frente às diferentes classes sociais. Mas, nestes momentos, o profissionalismo militar transforma-se em militarismo profissional que é a aplicação de conceitos militares a questões sociais, econômicas e políticas (Nunn, 1972).

O Estado Novo e o regime autoritário implantado em 1964 pelas Forças Armadas constituem os dois momentos de hegemonia militar, e de vigência do militarismo profissional. Ambos se constituíram em projetos de fortalecimento do Estado, de implantação de modelos autoritários de organização nacional, de educação e formação de elites. Finalmente, foram momentos de graves dilemas para as instituições militares. Em primeiro lugar, projetos hegemônicos como os de 1937 e 1964 colocam sempre a questão da duração da permanência das Forças Armadas no poder. Talvez em 1937 o problema não fosse tão grave porque os militares não exerceram diretamente o poder; mas em 1964 a questão do prazo era muito mais sério porque o governo direto das Forças Armadas não pode ter duração indefinida sem que elas deixem de ser o que são. Por outro lado, o projeto de construção ou fortalecimento do Estado não pode se confundir com a manutenção de um Estado de exceção também de prazo indefinido. Tanto

um quanto outro constituem contradições em seus próprios termos. Além disso, e como se viu no período pós-64, os militares enfrentam o problema de compatibilizar a dualidade de *status* das Forças Armadas, que é criada pelo exercício direto do poder: o *status* de instituição e o de governo (Stepan, 1971). Aqui o principal problema consiste em que a dualidade de *status* constitui uma séria ameaça à integridade da instituição. Por exemplo, a ausência de regras formais para indicação de oficiais à presidência da República leva a sérios conflitos e disputas internas, abala os princípios de disciplina e hierarquia; mas, simultaneamente, estes conflitos e disputas entre facções militares enfraquecem a instituição como governante e debilitam o regime, forçando uma escalada da repressão. Isto leva a que setores das Forças Armadas queiram vê-las novamente fora do poder para se preservarem, enquanto outros insistem em que elas se mantenham no poder seja porque julgam não estar terminada a “missão”, seja porque criaram interesses de outra ordem na manutenção do regime de governo militar direto.

A “Saída”: Retorno aos Quartéis?

Carvalho escreveu o trabalho clássico sobre a “entrada” dos militares no poder em 1937, e já existe uma razoável literatura sobre a “entrada” de 1964. As análises de “saídas” são, entretanto, escassas, e a última é ainda muito recente para que se possa ter uma avaliação mais adequada dos seus aspectos especificamente militares. É certo que dispomos de várias análises sobre a fase e os processos da “abertura”, mas seria injusto avaliá-la já em pleno período de democracia. A este respeito vale a observação de Bendix segundo a qual sabemos mais sobre o passado (mesmo o recente) do que teríamos direito de saber, e assim é muito forte a tendência em cometer a “falácia do determinismo retrospectivo”. Alguns autores, entretanto, colocaram questões importantes sobre o comportamento e o papel dos militares nesta nova fase de democracia plena, embora tenham escrito seus estudos antes das eleições de março de 1985.

Escrevendo em 1983, Stepan não via nenhum projeto da “linha dura” para os anos seguintes, observava a perda de influência da ESG, mas também mudanças importantes na doutrina: ela ficou mais flexível, também mais “aberta” à nova dinâmica do Estado e da sociedade civil, mas permanece intolerante à oposição “contestadora”. Como diz Stepan, para a

ESG “a democracia é indispensável, mas tem que ser forte e com ‘guarda-chuva’” (1983, p. 4). O Serviço Nacional de Informações, SNI teria que sofrer um processo de desintoxicação (fora do poder) para não se constituir em desafio. Numa perceptiva análise, Góes (1984) antecipava a emergência de um Estado híbrido onde civis conviveriam com os militares que penetraram no aparelho burocrático estatal, mas ao mesmo tempo desenhava o quadro do poder tentacular do SNI como instância paralela às Forças Armadas *stricto sensu*. Também alertava para o fato de que muito provavelmente as Forças Armadas possam vir a ser eliminadas como participantes dos processos políticos; isto é, há que se interpretar adequadamente a expressão “volta aos quartéis”, mais uma metáfora do que expressão literal. Mas, enquanto Goés fala de preservação de “capacidade de tutela indireta do sistema político” e de “parceria com civis na condução do Estado” (p. 374), Dreifuss e Dulci (1983) referem-se a uma “postura arbitral por parte da instituição militar, regulando de forma não ostensiva o jogo sócio-político, de acordo com regras previamente estabelecidas” (p. 115). Não deixam de observar, todavia, que estas regras não se acham ainda elaboradas e que há possibilidades de focos potenciais de atrito dentro da instituição militar. Isto para o processo de abertura: para depois, a solução do papel das Forças Armadas na sociedade só virá de uma discussão interna de suas relações com o Estado e a sociedade, e de um debate amplo com os diversos segmentos da sociedade.

Perspectivas de uma Sociologia Militar no Brasil

Os estudos sobre a instituição militar no Brasil foram quase todos feitos sob o estímulo de intervenções armadas no processo político. Poderia quase afirmar que o que conhecemos sobre os militares é um sub-produto das análises de intervenções. Este é um fato obviamente compreensível, mas não deixa de constituir um forte desvio. Afinal, as intervenções militares são apenas o aspecto mais espetacular do comportamento da instituição, geralmente o momento de explosão de tendências que se formam ao longo dos períodos de normalidade: frustrações, isolamento ou reclusão dentro de um universo socialmente estreito, crise permanente de identidade profissional e assim por diante. A exceção do trabalho de Barros (1978) pouco foi estudado sobre as formas de lazer a

que se entregam os militares, seus hábitos no âmbito familiar, o cotidiano dos quartéis, as comemorações e cerimoniais da instituição e todo o universos simbólico que marca a vida do soldado. É problemático continuar insistindo sobre o caráter "aberto" das instituições militares, mas enfatizando apenas a dimensão política da abertura. Alguém observou que do sociologismo que consistia em atribuir às lutas e conflitos de classe a permanente disposição dos militares em intervir na arena política, passamos ao extremo do politicismo que consiste em atribuir tudo à natureza do Estado. Mas, num caso como no outro, o problema sempre foi as intervenções e a necessidade de explicá-las. Creio que é necessário voltar não ao sociologismo, mas à sociologia para resgatar a instituição militar como objeto legítimo de análise por si mesma, e não pelos traumatismos de toda ordem que elas pro-

vocam através das intervenções. E por esta via talvez até cheguemos a entender melhor as próprias intervenções. Há um interessante trabalho de Costa (1984) onde ela nos mostra como os encontros (no sentido goffmaniano do termo) entre subalternos rebelados e seus oficiais compõem-se, simultaneamente, de rancor e afeto, tal como são os encontros entre pais e filhos. Pois bem, o trabalho não faz avançar muito o nosso conhecimento sobre as revoltas de subalternos, mas esclarece muito sobre a combinação de rancor e afeto na vida diária dos quartéis, ainda que o marco interpretativo freudiano seja bastante artificial, e a ênfase esteja na dimensão manipulativa (de poder) dos sentimentos.

De qualquer forma, creio que Costa sugeriu uma linha muito rica de análise, destas que são urgentemente necessárias para a constituição de uma sociologia das organizações militares.

(Recebido para publicação em maio de 1985)

Notas

1. Como exemplos cito René Armand Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Petrópolis, Vozes, 1981; Ronald Schneider, *The Political System of Brazil: Emergence of a "Modernizing" Authoritarian Regime, 1964-1970*, New York, Columbia University Press, 1971; Fernando Pedreira, *Março, 31: Civis e Militares no Processo da Crise Brasileira*, Rio de Janeiro, José Álvaro Ed., 1964; Carlos Castelo Branco, *Os Militares no Poder*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1977; John J. Johnson, *The Military and Society in Latin America*, Stanford, Stanford University Press, 1964.
2. No texto, as referências às páginas do trabalho de Stepan seguem a numeração da tradução em português. Alfred Stepan, *Os Militares na Política*, Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
3. Philip Selznick, *The Organizational Weapon*, Glencoe, The Free Press, 1960.
4. Karl Mannheim, *Essays on the Sociology of Knowledge*, London, Routledge & Kegan Paul, 1959, p. 55-63.
5. Georg Simmel, *On Individuality and Social Forms*. Selected writings edited with an Introduction by Donald N. Levine. Chicago, University of Chicago Press, 1971, p. 145-146.
6. Bengt Abrahamson, *Military Professionalization and Political Power*, Beverly Hills, Sage Publications, 1972, p. 71-87.

Bibliografia

- Aderaldo, Vanda Maria Costa
1978. "A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas". IUPERJ, tese de mestrado em Ciência Política.
- Bacchus, Wilfred A.
1983. "The military elite of Brazil: a study of the political unity problema." Prepared for delivery at the 24th Annual Convention of the International Studies Association, Mexico City, april 5-9.
- Barros, Alexandre de Souza Costa
1978. *The Brazilian Military: Professional Socialization, Political Performance and State Building*. Dissertation submitted to the faculty of the Division of Social Science in candidacy for the degree of Doctor of Philosophy, Department of Political Science, University of Chicago.
1985. "Back to barracks: an option for the Brazilian military? ". *Third World Quarterly*, 7, 1, January, 63-77.
- Black, Jan Knippers
1980. "The military and political decompression in Brazil". *Armed Forces and Society*, 6, Summer, 625-638.
- Costa, Vanda Maria Ribeiro
1984. "Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de trinta". Cpdoc, mimeo.
1985. "A Escola Superior de Guerra e a Nova República". Cpdoc, mimeo.
- Carvalho, José Murilo de
1968. "On the belief system of the Brazilian military". Departamento de Ciência Política da UFMG, mimeo.
1970. "Organizational roles, belief system and military politics in Brazil". Departamento de Ciência Política da UFMG, mimeo.
1974. "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, 1, UFMG, março.
1982. "Armed forces and politics in Brazil, 1930-1945". *The Hispanic American Historical Review*, 62 (2), 193-223.
1983. "Forças Armadas e Política, 1930-1945". In *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 109-187.
- Coelho, Edmundo Campos
1976. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Debert, Guita G.
1984. "O nacionalismo na Escola Superior de Guerra". VIII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, 24-26 de outubro.
- Dreifuss, René Armand.
1984. *A conceituação esguiana de Soberania e a identificação dos fatores de soberania nacional*. VIII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, 24-26 de outubro.
- e Otávio Soares Dulci
1983. "As Forças Armadas e a política". In Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (org.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 87-117.
- Ferreira, Oliveiros S.
1969. "La geopolítica y el ejército brasileño". *Aportes*, 12, abril, 111-132.

- Forjaz, Maria Cecília Spina
1983. "A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo". *Revista de Administração de Empresas*, 23 (2), abril-junho, 5-15.
- Góes, Walder de
1984. "O novo regime militar no Brasil". *Dados*, 27 (3), 361-375.
- Hahner, June E.
1966. Brazilian Civilian-Military Relations, 1889-1891. *Latin American Studies Program Dissertation Series*, n. 2, Ithaca, Cornell University.
- Hilton, Stanley E.
1982. "The armed forces and industrialists in modern Brazil: the drive for military autonomy (1889-1954)". *The Hispanic American Historical Review*, 62 (4), November, 629-673.
- Hinson, Jr., William Jefferson
1978. "The Military Regime of Brazil: Historical and Ideological Factors". Submitted to professor Kenneth Maxwell in partial fulfillment of the requirements for the Master of Arts Degree in History at Columbia University of New York City.
- Keith, Henry H. e Robert A. Hayes (eds)
1976. *Perspectives on Armed Forces in Brazil*. Tempe, Arizona State University.
- Manor, Paul
1978. "Factions et idéologie dans l'armée brésilienne: nationalistes et libéraux (1946-1951)". *Révue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 557-586.
- Manwaring, M.
1968. "The Military in Brazilian Politics". Ph. D. Dissertation, Political Science Department, University of Illinois.
- Markoff, John e Silvio R. Duncan Baretta
1985. "Professional ideology and military activism in Brazil: critique of a thesis of Alfred Stepan." *Comparative Politics*, 17 (2), January, 175-191.
- McCahn, Jr., Frank D.
1979. "Origins of the new professionalism of the Brazilian military". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 21, November, 505-522.
- McCahn, Jr., Frank D.
1980. "The Brazilian army and the problem of mission, 1939-1964". *Journal of Latin American Studies*, 12 (1), May, 107-126.
1983. "A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945". In *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 213-246.
1984. "The formative period of twenty-century Brazilian army thought, 1900-1922". *The Hispanic American Historical Review*, 64 (4), 737-765.
- Miyamoto, Shiguenoli
1984. "Escola Superior de Guerra: uma reavaliação (versão preliminar)". VIII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, 24-26 de outubro.
- Nunn, Frederick M.
1972. "Military professionalism and professional militarism in Brazil, 1870-1970: historical perspectives and political implications." *Latin American Studies*, 4 (1), 29-54.
- Oliveira, Eliezer Rizzo de
1976. "As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil, 1964-1969". Petrópolis, Vozes.

- Peixoto, Antonio Carlos
1980a. "Armée et politique au Brésil: une critique des modèles d'interprétation". In Alain Rouquié (sous la direction de) *Les Partis Militaires au Brésil*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 25-39.
1980b. "Le Clube Militar et les affrontements au sein des Forces Armées (1945-1964)". In Alain Rouquié (sous la direction de) *Les Partis Militaires au Brésil*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 65-104.
- Rouquié, Alain
1980. "Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil: stratégie de recherche et dynamique institutionnelle". In Alain Rouquié (sous la direction de), *Les Partis Militaires au Brésil*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 9-20.
- Schneider, Ronald M.
1982. "The Brazilian military in politics". In Robert Wesson (ed), *New Military Politics in Latin America*. New York, Praeger Publisher, 51-77.
- Schulz, John
1974. "O Exército e o Império". In Sérgio Buarque de Holanda (dir), *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel/Difusão Editorial, 233-258.
- Simmons, C.
1957. "The rise of the Brazilian military class, 1870-1890". *Mid-America*, XXXIX, October, 227-238.
- Stepan, Alfred C.
1971. *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
1973. "The new professionalism of internal warfare and military role expansion." In Alfred C. Stepan (ed), *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. New Haven, Yale University Press, 47-65.
1983. "O que estão pensando os militares". *Novos Estudos Cebrap*, 2 (2), julho, 2-7.
- Torres, João Camilo Oliveira
1966. "As Forças Armadas como força política". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, janeiro, 39-41.